

Protestos Negros no Brasil (2011-2022): uma análise a partir do banco LaProtesta

Palavras-Chave: Protestos Negros, Movimentos Negros, Movimentos Sociais

Autores(as):

Leonardo Xavier do Nascimento, IFCH - Unicamp

Prof^a. Dr^a. Luciana Ferreira Tatagiba (orientadora), IFCH - Unicamp

INTRODUÇÃO:

No mesmo país em que se admite existir racismo, mas poucos se reconhecem racistas (Santos; Oliveira; Perilo, 2024), ou no Brasil da falsa democracia racial que perdura no imaginário social, o número de pessoas negras assassinadas, em uma década, atingiu a marca de 441.990 pessoas (Atlas da Violência, 2025). Através de uma violência sistemática e autorizada, por vezes praticada por agentes do próprio Estado, tais números se assemelham às muitas mortes provocadas por guerras – em conflitos armados explicitamente anunciados – ao redor do mundo. Nesse cenário cruel, que segue colocando a vida de pessoas negras cruzadas à zona do Não-Ser (Carneiro, 2023), lançamos a importância de compreender como os marcadores de raça têm impactado os protestos ao longo da última década. Essa busca passa pela análise de como historicamente pessoas negras e movimentos da sociedade civil têm se organizado para reivindicarem direitos à população negra, sobretudo, o mais basilar: o direito à vida.

Esta pesquisa é a continuação do desenvolvimento de uma primeira iniciação científica que teve como foco compreender como os movimentos negros vieram se organizando entre os anos de 2011 e 2022. Para isso, tivemos como base o banco de protestos alimentado no âmbito do projeto LaProtesta_Brasil, que registra eventos de protestos noticiados pelo Jornal Folha de São Paulo. A partir do banco, detivemos um olhar racializado acerca dos eventos registrados, em que constatamos uma abrangência das pautas raciais em protestos públicos organizados por atores que excediam aqueles eventos associados diretamente às organizações formais dos movimentos negros.

Nesse sentido, em diálogo com autores que deram contribuições fundamentais para se pensar os protestos negros, propusemos um alargamento do conceito, de forma que abarcasse os nossos dados empíricos disponíveis à pesquisa. Primeiro, examinamos como os marcadores raciais configuram as formas de protesto, ampliando o conceito de ‘protesto negro’ para além das ações promovidas por organizações formais do movimento negro. Seguindo as observações de Tatagiba e Carvalho (2024) sobre a crescente dissociação entre atores protestantes e estruturas organizacionais tradicionais em três países da América Latina, incluímos na análise ações de grupos como “Moradores/Vizinhos”, de “Mulheres” ou de “Familiares e Amigos de vítimas”, cujas demandas, ainda que por vezes não explicitamente antirracistas, emergem de contextos profundamente racializados.

Em segundo lugar, em perspectiva semelhante a de Rios (2012), sobre o olhar de reconhecer os protestos negros como um repertório de um movimento social (Tilly, 2005; 2012), enquanto um evento de caráter explicitamente público de

confronto que visa chamar a atenção da sociedade e do Estado, analisamos como esses protestos combinam formas tradicionais de mobilização (como marchas, passeatas, ocupações) com estratégias inovadoras de denúncia e resistência. Partindo dessa premissa, nos permite identificar três momentos-chave de mobilização: o caso Amarildo (2013), o assassinato de Marielle Franco (2018) e o ciclo de protestos durante a pandemia (2020-2021), quando mortes como as de João Alberto no Carrefour ganharam projeção nacional.

Por fim, demonstramos como 76% das demandas desses protestos concentram-se em Justiça e Direitos Humanos e Segurança Pública, revelando o Estado não apenas como alvo principal das reivindicações, mas como agente direto da violência racial. Os resultados apontam para a rua como espaço privilegiado de contestação contra o racismo, seja através de organizações tradicionais, seja por meio de ações espontâneas de grupos racializados.

METODOLOGIA:

As análises desta pesquisa fundamentam-se em um banco de dados de protestos construído a partir de notícias veiculadas no jornal Folha de S. Paulo entre 2011 e 2022, integrando o Projeto LaProtesta_Brasil¹ (Tatagiba e Carvalho, 2024). Esta base de dados, desenvolvida a partir da metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP), representa um esforço sistemático para capturar a dinâmica dos confrontos políticos no Brasil nas últimas décadas. A AEP, enquanto ferramenta analítica enraizada no campo de estudos sobre movimentos sociais, oferece um arcabouço metodológico que permite não apenas o mapeamento quantitativo dos protestos, mas também a compreensão qualitativa de suas múltiplas dimensões.

Ancorada teoricamente na perspectiva da política contenciosa (Tarrow, 2009), a metodologia adotada orienta-se por eixos fundamentais de análise, como: a base social dos atores coletivos, os alvos das reivindicações, o enquadramento discursivo das demandas e os repertórios de ação empregados.

O processo de identificação e seleção dos protestos negros demandou um trabalho de filtragem e classificação no banco de dados geral. Partindo do reconhecimento de que a racialização dos confrontos nem sempre se apresenta de forma explícita nos registros jornalísticos, desenvolvemos um protocolo analítico em duas etapas complementares. Inicialmente, aplicamos filtros baseados em variáveis-chave, com especial atenção para a categoria "grupo social desagregado que protesta", onde priorizamos registros que mencionavam atores tradicionalmente associados às lutas antirracistas - negros, quilombolas, familiares e amigos de vítimas de violência policial, defensores de direitos humanos e comunidades imigrantes.

Contudo, a natureza frequentemente implícita das dimensões raciais nos protestos exigiu uma segunda etapa de análise mais refinada. Para os casos em que a relação com questões raciais não era imediatamente evidente nas variáveis

Código_evento	Ano do Prote	Data_de_Inic	Cidade	Racialização	Abrangência
20110304IDEN01	2011	04/03/2011	São Paulo	raça	1
20110828TERR01	2011	28/08/2011	São Paulo	violência	1
20110906BSMT01	2011	09/06/2011	MA	raça	1
20120114NMEN01	2012	14/01/2012	São Paulo	violência	1
20120504TERR01	2012	04/05/2012	São Paulo	violência	1
20120720IDEN01	2012	20/07/2012	Santos	violência	1
20120918TERR01	2012	18/09/2012	São Paulo	violência	1
20120920TERR01	2012	20/09/2012	São Paulo	violência*	1
20121027TERR01	2012	27/10/2012	São Paulo	violência	1
20121111NMEN01	2012	11/11/2012	São Paulo	violência	1
20130102TERR01	2013	02/01/2013	Salvador	raça	1
20130110IDEN01	2013	10/01/2013	São Paulo	violência	1

Figura 1: Consulta ao banco de dados

¹ O banco de dados original é fruto de uma colaboração entre o Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC-Unicamp) e o Centro de Estudos Marxistas (CEMARX-Unicamp) (Tatagiba; Galvão, 2019), posteriormente ampliado com a incorporação do INCT - Instituto da Democracia e da Democratização das Comunicações. Integram a iniciativa o *Observatorio de Conflictos en Chile* (COES) e na Argentina (Observatório Protesta Social).

codificadas, realizamos uma investigação aprofundada que incluía a consulta direta às reportagens originais através do Acervo Digital da Folha de S. Paulo. Esse processo permitiu reconstituir o contexto específico de cada protesto, identificando conexões raciais que poderiam passar despercebidas em uma análise superficial. Examinamos a composição dos atores mobilizados, os clamores e reivindicações apresentadas, bem como os alvos das manifestações, buscando indícios que permitissem classificar o evento como parte da trajetória dos protestos negros no país.

Como resultado desse processo metodológico, identificamos um número de 204 protestos enquadráveis como protestos negros no período estudado. Esse conjunto de dados, além de permitir análises quantitativas robustas, oferece um rico material para investigações qualitativas sobre as transformações nos repertórios de ação, nos discursos e nas estratégias organizativas do ativismo negro brasileiro na última década.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Ao longo da década estudada (2011-2022), verifica-se que a violência racial (Ramos, 2024) denunciada pelo ativismo negro manifesta-se de forma multifacetada, englobando desde a letalidade policial – com bastante recorrência – até mecanismos institucionais de exclusão.

Nos primeiros anos da série, os protestos explicitamente contra a violência racial representavam apenas 18,7% do total, concentrando-se em casos emblemáticos como o “Cadê Amarildo?” – que ganhou repercussão nacional e fazia menção ao desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza na favela da Rocinha no Rio de Janeiro em 2013. Amarildo era um homem negro que foi visto sendo detido por policiais militares que o levaram em direção à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de seu bairro.

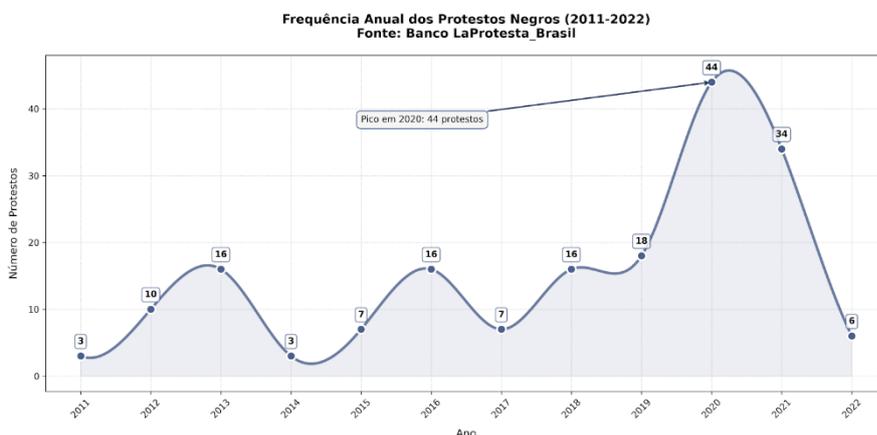


Gráfico 1: Frequência Anual dos Protestos Negros (2011-2022). N = 204.

Nesse período, embora algumas manifestações fossem massivas e dotadas de grande capacidade de mobilização, mantiveram um caráter essencialmente reativo, concentrando-se na demanda por justiça para vítimas específicas. A linguagem utilizada nos *frames* e reivindicações ainda não havia consolidado uma narrativa unificada sobre o racismo como fenômeno estrutural, limitando-se frequentemente a denúncias sobre a violência policial enquanto problema isolado.

Seguindo para o triênio 2017-2019, verifica-se que vai ocorrendo uma virada estrutural nos protestos negros. O período marca a transição para um entendimento sistêmico da violência racial, com o aumento para 34,2% de protestos com a pauta antirracista explícita, o surgimento de *frames* que fazem referência ao “genocídio da população negra” e protestos em maior conexão com a agenda feminista negra, após o assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro. Em setembro de 2019, ocorreu mais uma morte brutal que comoveu o país: a morte de Ágatha Vitória Sales Félix, menina negra de 9 anos de idade, no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. Nesse período, constata-se ainda que, em 2018, 78% dos protestos registrados mencionavam a “violência de Estado” e, entre 2017 e 2019, 62% incorporavam a palavra “genocídio” em seus slogans.

A chegada da pandemia em 2020, paradoxalmente, acelerou esse processo de radicalização discursiva. O ano foi marcado por uma série de protestos contra a morte de João Alberto de Freitas, homem negro espancado até a morte por seguranças de um supermercado Carrefour em Porto Alegre. No mesmo ano, meses antes, João Pedro Mattos Pinto, adolescente negro de 14 anos, enquanto brincava com amigos, foi assassinado com um tiro de fuzil durante uma ação policial, em que os agentes invadiram a sua casa. Também em junho de 2020, Miguel Otávio Santana da Silva, menino negro de 5 anos de idade, ao estar sob o cuidado da patroa de sua mãe, que trabalhava regularmente como empregada doméstica em meio à pandemia, morreu após cair do 9º. andar de um edifício no Recife/PE. Sara Corte Real deixou o menino sozinho no elevador e apertou o botão da cobertura.

As manifestações deflagradas após a morte de João Alberto de Freitas, em 19 de novembro de 2020, um dia antes da passagem do Dia da Consciência Negra, parecem ter atingido o estopim de uma indignação coletiva que o país vinha vivendo, que em pleno confinamento assistia o recrudescimento da letalidade nas ações policiais e as várias formas de violências vivenciadas por pessoas negras. A análise dos dados revela que esses protestos apresentavam características qualitativamente distintas dos ocorridos na primeira metade da década. Além da evidente ampliação quantitativa - com manifestações simultâneas ocorrendo em diversas capitais brasileiras -, destacava-se a sofisticação do discurso político, que passou a articular de forma mais sistemática a violência racial com outras dimensões da desigualdade social, como o desemprego e a precarização do trabalho.

Em junho de 2021, dando sequência ao genocídio negro que parece seguir em curso², Kathlen Romeu, jovem negra de 24 anos de idade, gestante de 14 semanas, morreu após ser baleada por um tiro de fuzil da polícia militar que atingiu o seu o tórax. Com esse e outros casos, ondas de indignação se seguiram, fazendo com que pessoas e movimentos negros contestassem o racismo e a violência policial nas ruas.

Um aspecto particularmente relevante dessa transformação foi a gradativa internacionalização dos repertórios de protesto. O movimento Black Lives Matter, que ganhou projeção global após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, exerceu influência direta sobre as formas de organização e mobilização no Brasil. Não por acaso, o período 2020-2022 registrou o maior número de protestos que explicitamente vinculavam a violência racial brasileira a um contexto global de resistência antirracista. Essa apropriação criativa de elementos transnacionais não significou, contudo, um mero transplante de modelos estrangeiros. Pelo contrário, os dados demonstram como os movimentos brasileiros souberam articular essas influências com tradições locais de luta, produzindo formas originais de ação coletiva.

A análise longitudinal dos dados sugere que a violência racial transformou-se, ao longo da década, no principal eixo articulador da ação coletiva do ativismo negro brasileiro. Essa centralidade resulta de um processo cumulativo de conscientização política, alimentado tanto pelas experiências concretas de violência quanto pela reorganização das organizações negras, como fora o exemplo da criação da Coalização Negra por Direitos em 2019. O resultado foi a formação de um movimento social mais conectado internacionalmente, mais capaz de reagrupar suas próprias narrativas sobre a realidade brasileira, e mais consciente do lugar central que ocupa na luta pela democratização efetiva do país. Por outro lado, correspondem à incapacidade estatal de responder às demandas históricas de reivindicações – principalmente diante da ofensiva de um governo de extrema direita no período 2019-2022 – e a persistência, sobretudo da violência policial, que vitima majoritariamente jovens negros.

² Dados recentes do último Atlas da Violência (2025) trazem que somente no ano de 2020, 38.274 vidas negras foram ceifadas pela violência letal. Números que, anualmente, ao longo da última década, persistem acima de 34 mil mortes. O relatório aponta ainda que uma pessoa negra tem 2,7 vezes mais risco relativo de sofrer homicídio do que as não-negras.

Evolução das Demandas em Protestos Negros (2011-2022)

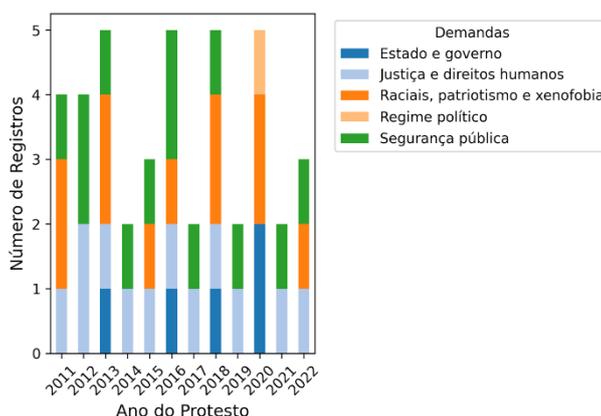


Gráfico 2: Demandas dos Protestos Negros (2011-2022)

CONCLUSÕES:

Os protestos negros no Brasil entre 2011 e 2022 revelam uma trajetória de radicalização e sofisticação política, marcada pela transição de demandas pontuais por justiça (como no caso Amarildo, em 2013) para uma crítica estrutural ao racismo e à violência de Estado. A análise demonstra que, especialmente após o assassinato de Marielle Franco (2018) e os protestos durante a pandemia (2020-2022), consolidou-se um discurso unificado que articula o genocídio da população negra a outras formas de desigualdade, como gênero e classe, enquanto incorpora repertórios transnacionais (como o Black Lives Matter) sem perder de vista as especificidades locais. A Coalizão Negra por Direitos (2019) simboliza essa maturidade organizativa, capaz de mobilizar ações simultâneas em múltiplos estados e pressionar instituições.

Contudo, a persistência da violência policial e a incapacidade estatal de responder às demandas históricas - agravadas durante o governo Bolsonaro - evidenciam o paradoxo dessas mobilizações: seu crescimento quantitativo e qualitativo é, também, um sintoma da persistente exclusão e das injustiças raciais. Os dados mostram que 76% dos protestos exigiam direitos humanos básicos, como o direito à vida, revelando o Estado não apenas como alvo das reivindicações, mas como agente direto da violência. A rua permanece, assim, um espaço estratégico de contestação, onde movimentos tradicionais e ações espontâneas de grupos racializados expõem a contradição de um país que nega seu racismo enquanto produz e reproduz o desamparo e a morte contra pessoas negras.

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. **Atlas da Violência 2025**. Brasília: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: jul. 2025.

RAMOS, Paulo César. **Gramática negra contra a violência de Estado**: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). São Paulo: Elefante, 2024.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 41-79, 2012.

SANTOS, Jaqueline Lima; OLIVEIRA, Luciana Ribeiro de; PERILO, Marcelo. **Pesquisa Percepções sobre o racismo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: ActionAid Brasil, 2024. Disponível em: [https://projetoseta.org.br/wp-](https://projetoseta.org.br/wp-content/uploads/2024/04/PercepcoesRacismoBrasil_2024-PTBR.pdf)

[content/uploads/2024/04/PercepcoesRacismoBrasil_2024-PTBR.pdf](https://projetoseta.org.br/wp-content/uploads/2024/04/PercepcoesRacismoBrasil_2024-PTBR.pdf). Acesso em: jul. 2025

TARROW, Sidney. **Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**, Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TATAGIBA, L.; CARVALHO, P. **“¿Quiénes protestan en el Cono Sur? Pluralización de la protesta y los desafíos de la democracia”**. In: DELGADO, P.; NATALUCCI, Ana; SOMMA, Nicolás (Org.). *Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2024.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, pp. 63-96, jan-abr. 2019.

TILLY, Charles. **Invention, diffusion and transformation of social movement repertoire**. In: *Identities, boundaries and social ties*. London: Paradigm, 2005.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (3), 133–160, 2012.